

A PATOLOGIZAÇÃO DA TRANSEXUALIDADE COMO EVIDÊNCIA DA COLONIALIDADE GLOBAL

Cello Latini Pfeit³⁴

Juan Filipe Loureiro Magalhães³⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é conectar os conceitos de colonialidade do poder, do saber, do ser e cisgênera à noção de colonialidade global, para compreendermos como a internacionalização das colonialidades infere sobre as vidas de corpos não-normativos. Utilizamos como ferramenta de análise a patologização da transexualidade enquanto evidência da internacionalização das colonialidades, e como uma crítica à perspectiva marxista que enviesa seu olhar para os impactos do capitalismo sobre a ordem social, desconsiderando a relevância do colonialismo - e de suas consequências racistas e patriarcais - na constituição de uma nova organização mundial de poder e violência.

136

PALAVRAS-CHAVE

Decolonialidade; Colonialismo; Patologização; Colonialidade Global; Colonialidade Cisgênera.

³⁴ Professor Substituto do Dpt. de Ciência Política (UFRJ). Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Pesquisador do CPDEL/UFRJ. Especialista em Teoria Psicanalítica (CEPCOP/USU). Coordenador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Coordenador da Revista Estudos Transviades.

³⁵ Professor da Faculdade Lusófona Rio de Janeiro. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através do Programa de Pós Graduação em História Comparada (PPGHC) com pesquisa fomentada pela CAPES. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo mesmo programa.

ABSTRACT

The aim of this article is to connect the concepts of power, knowledge, being and cisgender coloniality to the notion of global coloniality, in order to understand how the internationalization of colonialities impacts the lives of non-normative peoples. We use as tool of analysis the pathologization of transsexuality, as evidence of the internationalization of colonialities, and as a critique of the Marxist perspective that biases its gaze towards the impacts of capitalism over social order, disregarding the relevance of colonialism - and its racist and patriarchal consequences - in the constitution of a new world organization of power and violence.

137

KEYWORDS

Decoloniality; Colonialism; Pathologization; Global Coloniality; Cisgender Coloniality.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o campo de estudos destinado a tratar da Política Internacional vem ganhando cada vez mais atenção dentro das diversas áreas do saber, como em Ciência Política, História, Geopolítica, Ciências Sociais, Economia, mas principalmente em Relações Internacionais. Emergência ambiental, crises humanitárias, guerras, imigração, violação dos direitos humanos, pandemias, conflitos separatistas, terrorismo internacional, não proliferação nuclear, negócios internacionais, enfim - não faltam assuntos de natureza política que possuem o “internacional” como escala fundamental de análise.

Contudo, para tratar de temas tão amplos, em que bases teóricas os analistas de política internacional têm se sustentado? Suas bases teóricas têm contribuído para tornar essas interpretações mais populares ou elitistas? Mais inclusivas ou racistas? Os espaços geográficos destas produções são de fato globais ou provincianos? Respeitam as distintas cosmogonias dos mais diversos povos ou reproduzem uma verdade pretensamente universal e eurocêntrica?

Entendemos que tem se averiguado a perpetuação de uma hegemonia acadêmica que reproduz os interesses elitistas, europeus/euro-norte-americanos, que buscam impor seus saberes para todo o globo. Produz-se, com isso, o apagamento de outras possibilidades teóricas, que não encontram espaço nem voz para expressar suas possibilidades interpretativas. Este processo de dominação a nível mundial foi denominado por Ramón Grosfoguel (2008) de colonialidade global. Este conceito se refere à persistência das relações de poder colonial no contexto atual da globalização, reconhecendo que o legado colonial continua a moldar as relações políticas, sociais e culturais em escala global. Temos, assim, uma ampliação das noções de colonialidades do poder (QUIJANO, 2005), do ser e do saber (MALDONADO-TORRES, 2018) que atravessam as relações entre colonizadores e colonizados, bem como sua continuidade, para abranger as dinâmicas de poder presentes nas estruturas globais em sua maior amplitude.

A colonialidade global enfatiza que as estruturas coloniais não foram superadas ou erradicadas com a independência política dos países colonizados, mas sim transformadas e mantidas por meio de novas formas de exploração, opressão e desigualdade em uma teia de complexas relações - que incluem não apenas as sociedades das antigas colônias, como também de suas metrópoles no período colonial. Isso se reflete em padrões persistentes de dominação econômica, subordinação cultural e hierarquia global de poder - e, como veremos adiante, em relações de patologização e inferiorização de determinados corpos por meio de categorizações diagnósticas.

Este artigo busca realizar uma crítica ao sistema-mundo (Wallerstein, 1983 e 1999) ; (Quijano, 1993) ; (Mignolo, 1995) e (Grosfoguel; 2008) de forma a desafiar e transformar as estruturas de poder colonial presentes no sistema internacional buscando a justiça social, a igualdade e a descolonização em todas as suas formas. Nossa contribuição ao conceito de colonialidade global se manifesta desde uma crítica categórica ao capitalismo internacional, do Estado e seu papel histórico (KROPOTKIN, 2000), evidenciando de forma profunda o exercício da sua autoridade, um verdadeiro Estado do Mal Estar Social (MAGALHÃES, 2022). Argumentaremos que, para corpos trans, o Estado do Mal Estar Social se manifesta, dentre outras formas, por meio de patologização e criminalização.

A colonialidade global engloba uma variedade de questões, incluindo a exploração de recursos naturais, a imposição de modelos tecnológicos liberais e/ou neoliberais, a migração forçada, a marginalização de culturas e conhecimentos não ocidentais, a persistência do racismo e do eurocentrismo, na imposição do igrejismo (DE MORAES, 2018) e sua adoção de um padrão de comportamento que coloniza o ser e suas almas, impondo assim um padrão de comportamento para os distintos corpos mediante um explícito recorte de gênero, esta última temática sobre a qual nos aprofundaremos

Há inúmeras colonialidades que marcam as relações sociais na atualidade - colonialidades do ser, do saber, do poder, de gênero, da natureza, global, cisgênera. Neste ensaio, trataremos da colonialidade global, atravessada pelas colonialidades do saber, do ser, do poder, tomando a

colonialidade cisgênera como instrumento de análise. A colonialidade cisgênera seria, segundo Pfeil & Pfeil (2022), um

[...] termo utilizado para caracterizar uma variação da colonialidade de gênero que se direciona especificamente à perpetuação da cisnormatividade, e que possui como uma de suas características centrais o silenciamento, a exclusão e a deslegitimação de saberes produzidos por pessoas trans, assim como de reivindicações políticas desenvolvidas pelas mesmas.

A colonialidade de gênero, elaborada por Lugones (2020), é uma expressão da colonialidade do poder que recai sobre mulheres negras, indígenas, latinoamericanas. Não são exploradas, na elaboração deste conceito, as vivências de pessoas trans, ainda que em contexto latinoamericano. Assim, tomando como objeto de análise a patologização das identidades trans que se espalhou por medicina/psiquiatria em todo o mundo, nos valem do conceito de colonialidade cisgênera, que trata das vivências de corpos trans em relação às colonialidades, e não de colonialidade de gênero.

Vejamos, então, como a colonialidade global e a colonialidade cisgênera se entrelaçam.

SOBRE PATOLOGIZAÇÃO E COLONIALIDADE

Para compreendermos como a patologização da transexualidade se relaciona com a colonialidade global, devemos ter ciência da história da patologização: o que é a transexualidade, de acordo com a medicina moderna? Como a patologização opera? Em que instâncias a patologização interfere? E por que motivo nos preocupamos com o processo de patologização da transexualidade como algo central nas colonialidades? Essa última pergunta pode ser respondida da seguinte forma: pois é a partir da patologização, de uma legitimação supostamente científica, que são legitimadas outras formas de violência contra corpos trans, em instâncias variadas. Como exemplo, temos que a Operação Tarântula, ocorrida em 1987 no centro de São Paulo e caracterizada como uma “caça” de policiais contra travestis, foi legitimada sob alegação de que as travestis cometiam crime de contágio venéreo de HIV (CAVALCANTI et al., 2018). Foi um exercício do

saber científico utilizado de modo enviesado, porém pretendendo-se universal.

Outra demonstração da importância da patologização é que, até 2018, para uma pessoa trans conseguir retificar nome e gênero em seus documentos civis, deveria apresentar ao juiz uma série de comprovantes que “atestassem” sua transexualidade - dentre tais documentações, eram obrigatórios laudos psiquiátricos e psicológicos. Ou seja, para se autodeterminar, o indivíduo trans deveria se submeter a avaliações psiquiátricas que preconizam um modo correto de existir - institucionalizado, em medicina/psiquiatria, a partir da segunda metade do século XX.

A transexualidade é definida como categoria diagnóstica somente a partir da segunda metade do século XX, como resultado de longas investigações, conduzidas por médicos homens, brancos e cisgêneros, em que se almejava descobrir a verdade sobre o sexo. Assim, a categorização diagnóstica da transexualidade esteve em mãos de médicos, psiquiatras, psicólogos, autoridades jurídicas, professores universitários e demais figuras cisgêneras com poder institucional nesse âmbito. Eis a expressão de uma monocultura do saber (SANTOS, 2007), isto é, de um sistema de valorização e validação de saberes científicos que partam de lugares específicos, sem espaço para a pluriversidade.

A monocultura do saber produz epistemicídios, isto é, “a morte de conhecimentos alternativos” (SANTOS, 2007 p. 29) - de conhecimentos produzidos por corpos negros, indígenas, dissidentes de gênero, anarquistas (DE MORAES, 2020a), rebeldes, desobedientes, de dentro e fora da academia. De Moraes argumenta que o epistemicídio não afeta somente os conhecimentos produzidos fora das academias, como também aqueles produzidos dentro, mas que não obedeçam à universalização do saber, à idolatria do Estado, ao racismo/sexismo epistêmico, ou mesmo à patologização de identidades trans.

A categorização diagnóstica da transexualidade se consolidou, no saber biomédico moderno, a partir da publicação do livro “O Fenômeno Transexual”, do sexólogo de origem alemã Harry Benjamin, em 1966. Benjamin mapeou inúmeros sintomas

que indicariam se um indivíduo seria transexual ou não, e assim se firmou a noção de “verdadeiro transexual”. Parte-se do princípio de que, para uma pessoa ser considerada transexual e poder acessar dispositivos básicos de saúde, deveria se submeter a uma série de avaliações físicas e psicológicas que atestassem sua transexualidade. A “verdade” sobre a transexualidade estaria em poderio de médicos e psicólogos cisgêneros, anulando a autodeterminação dos corpos trans. Os indivíduos que, segundo Benjamin, fossem considerados “verdadeiramente trans” deveriam ser submetidos a cirurgias de redesignação sexual, para que sua anatomia estivesse “de acordo” com sua identidade de gênero - a questão da congruência é fundamental para compreendermos esse processo.

O psiquiatra estadunidense Robert Stoller, por sua vez, discorda de Benjamin ao refutar a realização de cirurgias. Stoller defendia reversões psicológicas, tentativas de convencer o indivíduo trans de que sua transexualidade seria um delírio - assim, o paciente abandonaria a ilusão de sua transexualidade, retornando uma identificação de gênero condizente com sua anatomia. A questão da congruência novamente aparece.

Embora discordem em relação ao método, Benjamin e Stoller - e demais profissionais da saúde que pensavam de acordo com eles - possuíam alguns pontos em comum: 1) ambos eram homens brancos, cisgêneros, de ascendência judaico-cristã, e provenientes de contextos familiares afortunados; 2) ambos enxergavam a transexualidade como uma incongruência que devia ser consertada, fosse por meio de cirurgias ou de reversões psicológicas; 3) ambos anularam, em suas pesquisas e elaborações, a autodeterminação dos indivíduos trans que tentavam acessar saúde básica; 4) ambos marcaram a inauguração, cada qual com seu argumento, da categorização diagnóstica da transexualidade que foi exportada para sistemas de saúde ao redor do mundo. O igrejismo (DE MORAES, 2018) marca as relações de patologização, na medida em que, não por coincidência, o diagnóstico cisnormativo da transexualidade possui, como base, uma demanda heterossexual: os psiquiatras requerem que o paciente trans seja heterossexual, de modo a

reproduzir uma moralidade cristã sobre os sexos e a relação sexual.

Com isso, a transexualidade foi institucionalizada. Em 1977, nos Estados Unidos, é criada a Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association, instituição responsável pela publicação do Standards of Care (SOC), documento tido como referência no “tratamento” da transexualidade (BENTO, 2006). Na década de 1980, o Código Internacional de Doenças (CID) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais incluem, dentre as patologias listadas, a transexualidade [“transexualismo”]. Vejamos algumas diferenças entre esses documentos que direcionaram o modo como a medicina institucionalizada contempla a transexualidade.

O SOC segue a linha de Benjamin sobre operações cirúrgicas: somente cirurgias transgenitais poderiam tratar a transexualidade, e indivíduos trans deveriam passar pela “terapia triádica” - experiência de vida real segundo o gênero com o qual se identifica (para comprovar a equipe médica de que seriam realmente trans), terapia hormonal e cirurgia. Já o DSM-IV tem como foco a identificação da transexualidade logo na infância. Segundo Bento (2011, p. 93), há uma confusão no DSM em relação às definições sobre sexo, gênero e sexualidade: “são os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico que caracterizam o definidor do transtorno, pois o gênero normal só existe quando referenciado a um sexo que o estabiliza”. Por fim, o CID-11 é o documento com modificações mais recentes, pois sua última versão tomou vigência a partir de janeiro de 2022.

A décima versão do CID alocava a transexualidade em “Transtornos de Personalidade da Identidade Sexual”, definindo-a como o “desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto”. Já o CID-11 transfere a transexualidade para a sessão de “Condições relacionadas à saúde sexual”, definindo-a como “uma incongruência acentuada e persistente entre o gênero experienciado pelo indivíduo e o sexo que lhe foi designado” (tradução nossa).

Nos interessa mais perceber as semelhanças do que as diferenças nestes documentos. Ainda que divirjam em relação à



definição e ao tratamento da transexualidade, todos a compreendem como um transtorno, uma incongruência que deve ser reparada. Mas incongruência em relação a quê? Segundo Bento & Pelúcio (2012, p. 574), a patologização da transexualidade

Tratou-se até aqui de um processo que qualificou alguns saberes científicos como os únicos capazes de dar respostas acertadas às vivências que desafiam as normas de gênero. Processo que, por outro lado, autoriza o tutelamento dos corpos e das subjetividades de pessoas que se reconhecem como transexuais.

A patologização tem mais a ver com tutela médica do que com práticas de cuidado; tem mais a ver com a reificação de um ideal de corpo, de um ideal de existência, do que com o acesso à saúde. Em outras palavras, a patologização da transexualidade, ao se espalhar para inúmeros sistemas de saúde - incluindo o Brasil - ao redor do mundo, reforça que a maneira supostamente correta de existir é cisgênera e heterossexual. Jesus (2016, p. 198), em contexto brasileiro, identifica como a patologização da transexualidade anula a autodeterminação dos corpos trans em âmbitos diversos, pois os profissionais de saúde acabam “desconsiderando suas particularidades, ou considerando, iniquamente, que todas as suas demandas de saúde se restringem ao processo transgenitalizador”.

A patologização da transexualidade vem acompanhada de sua criminalização, tendo, como aporte, o viés diagnóstico: a Operação Tarântula foi uma operação policial ocorrida em 1987, no centro de São Paulo, com objetivo de “caçar” travestis e “limpar” as ruas da cidade. Cerca de 300 travestis foram presas e liberadas somente após pressão de movimentos sociais LGBTIAP+. A justificativa de autoridades policiais sobre a operação seria para defender a sociedade de crime de contágio venéreo de HIV - ainda que não houvesse evidência alguma de que as travestis presas fossem soropositivas. Ou seja, por meio de um viés diagnóstico, se justificou a criminalização. Esses braços do Estado - expressos, em nossa análise, por instituições de saúde e militarismo - operam em conjunto, como expressão simples e direta de negação da liberdade, e isto condiz com o que o anarquismo entende por Estado, pois este

“constitui-se na expressão máxima da negação da liberdade para seus governados” (DE MORAES, 2020a, p. 19).

Após compreendermos como a transexualidade foi institucionalizada enquanto patologia, e quais os impactos dessa patologização, tanto em sua conceituação como na atualidade, vejamos o que é a colonialidade global.

A COLONIALIDADE GLOBAL ENQUANTO PROJETO CIVILIZACIONAL DA MODERNIDADE

Ao contrário do que se convencionou na história oficial, a modernidade não se inaugura com a queda de Constantinopla, mas com a invasão das Américas, em 1492. Logo antes, houve um processo extenso de dominação internamente à Europa, com a formação dos Estados Nacionais Modernos na Península Ibérica. Somente após a inicial formação destes Estados-nação, erigidos por meio de disputas religiosas entre reinos cristãos e islâmicos na região de Al-Andalus, entre os séculos VIII e XV, as expedições coloniais recebem permissão da Coroa espanhola para percorrer os mares em busca das Índias. O fim do século XV se marcou, então, pelo genocídio de muçulmanos e judeus, assim como de mulheres indoeuropeias acusadas de bruxaria. Há um entrelaçamento entre Estado e Igreja - ou, segundo (BAKUNIN, 2011), entre “Deus e o Estado” - que justificou a destruição cultural e física destes povos e territórios:

Além do genocídio, a conquista da região de Al-Andalus foi acompanhada por um epistemicídio. A queima das bibliotecas, por exemplo, foi um método fundamental para a conquista da região. A biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, quando a maior biblioteca cristã da Europa não continha mais de mil livros, foi queimada no século XIII. Até a conclusão da conquista de Al-Andalus, muitas outras bibliotecas tiveram o mesmo destino, culminando com a queima dos 250 mil volumes da biblioteca de Granada pelo cardeal Cisneros, no início do século XVI. Estes métodos eram estendidos aos ameríndios. Assim, o mesmo aconteceu com os códices indígenas - a parte escrita da prática utilizada pelos ameríndios na busca pelo conhecimento. O genocídio e o epistemicídio caminharam juntos no processo de conquista das Américas e de Al-Andalus. (GROSFUGUEL, 2016, p. 34)

Assim como pontuado na patologização da transexualidade, o enlace entre Estado e Igreja esteve presente no projeto

civilizacional da modernidade. A moral cristã conseguiu se manter viva não somente na perpetuação da religião, como também em esferas que se declaram laicas - tais como medicina/psiquiatria. Consolida-se, então, o projeto civilizacional da modernidade, por meio do qual as elites europeias almejam controlar todas as demais regiões, centralizando o poder em seu Estado.

O projeto civilizacional da modernidade não se encerrou com o fim do colonialismo. Autores decoloniais argumentam que, ao término do colonialismo, passaram a imperar as colonialidades: as remanescentes organizações, divisões sociais e violências da modernidade, que se mantiveram vivas ao passar dos séculos. Pensemos, então, como operam as colonialidades.

A colonialidade do poder, ao impor uma nova organização e distribuição mundial do poder que alocava a Europa no centro do mundo, preconizava, também, uma colonialidade do ser, pelas justificativas racistas e patriarcais - e também, em nossa interpretação, heterossexuais e cisgêneras - de inferiorização dos corpos colonizados:

La idea era que si en adición a la colonialidad del poder también existía la colonialidad del saber, entonces, muy bien podría haber una colonialidad específica del ser. Y, si la colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 565)

O homem ocidental se outorga a capacidade de produzir saberes universais; se coloca no centro da produção de conhecimento, marginalizando, conseqüentemente, corpos femininos, negros e indígenas - e podemos estender essa marginalização para corpos gênero-dissidentes, LGBTIAP+, e especialmente corpos trans. A quais indivíduos foi concedido o poder de elaborar saberes científicos sobre a transexualidade? Quais sujeitos se responsabilizaram pela patologização das identidades trans e gênero-divergentes? A institucionalização do saber científico, materializada em universidades ocidentalizadas, é originalmente excludente para com saberes produzidos por corpos trans, considerando como válidos

somente aquilo que se origina das mentes dos homens brancos e cisgêneros europeus:

As universidades ocidentalizadas, desde o início, internalizaram as estruturas racistas/sexistas criadas pelos quatro genocídios/epistemicídios do século XVI. Essas estruturas eurocêntricas de conhecimento se tornaram consensuais. Considera-se normal haver homens ocidentais de cinco países que produzem o cânone de todas as disciplinas daquela universidade. Não há um escândalo nisso, é tudo um reflexo da naturalização das estruturas epistêmicas racistas/sexistas de conhecimento que imperam no mundo moderno e colonial. (GROSFUGUEL, 2016, p. 43).

Se a colonialidade do ser implica na inferiorização de certos corpos por justificativas racistas e patriarcais, a colonialidade do saber implica na inferiorização de saberes produzidos por estes corpos, ou de saberes que não obedecem às normativas moderno/coloniais de dominação. Epistemologias não europeias, ou que rompem com o eurocentrismo, são atravessadas por epistemicídio, tidas como metodologicamente fracas, ou cientificamente irrelevantes. Este processo pode ser nitidamente observado em contexto brasileiro:

A condição de criação das nossas universidades foi colonizada. Nossa elite branca trouxe uma elite acadêmica européia branca para fundar uma universidade estritamente nos moldes das universidades ocidentais modernas. [...] Esse mito racista e xenófobo, resultado do imperialismo, colonialismo e da escravidão atlântica dos séculos anteriores, foi transplantado para o Brasil na criação das nossas primeiras universidades, em especial na sua versão francófona, como foi o caso da UFRJ e da USP, fundadas por duas missões francesas, instalando assim a nossa elite branca acadêmica como uma continuação ou entreposto tropical da elite acadêmica europeia. (CARVALHO, 2020, p. 84)

Se o saber produzido pelo homem branco europeu - e adicionamos proprietário, cristão, cisheterossexual - é colocado no centro, com relevância inerente e capacidade de definir o que é a "verdade", os saberes, histórias e narrativas produzidos por demais corpos e comunidades são subalternizados. Evidência disto é a patologização da transexualidade: ao se determinar quem é "transexual de verdade" e quem é "transexual de mentira", a psiquiatria moderna se outorga o direito de definir o que é natural. É uma tentativa de descobrir a verdade sobre as

identidades de gênero; não passa de uma pretensão universalista e cisnormativa de corroborar com o cartesianismo da filosofia moderna, de ocupar o “olho de Deus”. É algo que Grosfoguel chama de injustiça cognitiva, proveniente do racismo/sexismo epistêmico. Segundo Pfeil & Pfeil (2022), “a comum afirmação de neutralidade axiológica, da qual se vale a psiquiatria para justificar a produção de seus diagnósticos, procura anular o lugar social, a perspectiva do sujeito que produz conhecimento, como se fosse possível assumir posição de total neutralidade”.

A identificação de tal injustiça não é original do pensamento decolonial, pois seu apontamento pode ser encontrado em pensadores como Foucault (1999), pela noção de Saberes Sujeitados; Spivak (2010), pela noção de Violência Epistêmica; em Rabaka (2010), pela noção de Apartheid Epistêmico; em De Moraes (2020c), pela noção de Historicídio. Este arcabouço conceitual nos permite decifrar a série de inferiorizações que acomete pensamentos não-hegemônicos, todos atravessados pela colonialidade do saber, pelo estabelecimento de um padrão mundial de poder que desvaloriza a diferença, que se universaliza, extrapolando os limites territoriais dos Estados Nacionais: “a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 1992, p. 9).

É interessante compreender a colonialidade do saber como um processo internacional de regulação e controle sobre o saber produzido - ou o saber que “se produz”, com status de emergência dessituada e deslocalizada - em cada um dos quatro cantos do mundo. Tal colonialidade opera, juntamente com a colonialidade do ser, a partir da desumanização, ou, como escreve Fanon (1968), da sub-humanidade. Ao ser transformado em sub-humano, em um não-ser, é destituída do corpo colonizado a capacidade de pensar autonomamente, de produzir um saber academicamente legitimado - tal como ocorre com indivíduos trans que são considerados absolutamente incapazes de se autodeterminar; caso não o fossem, os esforços

benjaminianos e stolerianos de categorizar, diagnosticar e institucionalizar a transexualidade não teriam ido tão longe.

A deslegitimação de certos saberes e narrativas se sustenta em categorias abstratas de raça. A desumanização de corpos negros e indígenas e a inferiorização de mulheres indoeuropeias não possuem viés científico - embora o saber biomédico moderno tenha se valido de argumentos falaciosos para justificar tais inferiorizações. Categorias raciais seriam, então, abstrações, e a partir destas abstrações nos deparamos com suas consequências concretas, quais seja, o racismo, o sexismo, a transfobia. As consequências concretas se expressam em números - o Brasil é, desde 2017, o país que mais mata pessoas trans em todo o mundo, e ao menos 80% das vítimas desses assassinatos são mulheres trans e travestis negras (ANTRA, 2018; 2019; 2020; 2021; 2022). Essa é a expressão concreta do racismo/sexismo epistêmico.

149

É fundamental compreendermos como as dominações de classe afetam a distribuição de poder e a divisão internacional do trabalho na modernidade. Contudo, não podemos desconsiderar que essa divisão, como apontado por Quijano, não se reduz a uma divisão social, como também a uma divisão racial do trabalho. A ideia de raça atravessa todas as relações sociais da modernidade. Ao centralizar uma leitura da modernidade pelo viés da dominação de classe, se ignora o processo que inaugurou a modernidade e que a sustentou efetivamente, isto é, o colonialismo. Fanon nos oferece um olhar interessante sobre o que os decoloniais posteriormente denominaram "colonialidade do ser": ao elaborar sobre a reificação do proletariado, que designaria o desejo do colonizado de ocupar a posição do colono, Fanon compreende uma dicotomia entre colonizado e colonizador: O colono sabe disto; surpreendendo-lhe o olhar, constata amargamente mas sempre alerta: "Eles querem tomar o nosso lugar". É verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por sua em se instalar no lugar do colono." (FANON, 1968, p. 29).

Fanon critica os indivíduos colonizados que, ao acessarem universidades ocidentalizadas e se tornarem sujeitos de pesquisa, somente utilizam como referencial teórico os mesmos autores eurocêntricos que legitimam o colonialismo; tornam-se eurocentrados, abandonam sua

origem, defendem o Estado - tornam-se adoradores do Estado, estadolátricos (DE MORAES, 2020b). Eis a antecipação fanoniana da colonialidade do saber. Seria igualmente contraditório que intelectuais trans defendessem o Estado e suas instituições, tendo em vista o histórico de violência policial e repressão militarista que atinge a população trans, especialmente no Brasil. É incoerente, mas não incompreensível, pois ocorre em virtude do estabelecimento de um padrão mundial de saber e poder.

A colonialidade do ser, então, se sedimenta na constituição da linguagem, em disputas de narrativa, em relações econômicas, e possui como aporte a distribuição colonial de poder:

[...] nas outras sociedades ibero-americanas, a pequena minoria branca no controle dos Estados independentes e das sociedades coloniais não podia ter tido nem sentido nenhum interesse social comum com os índios, negros e mestiços. Ao contrário, seus interesses sociais eram explicitamente antagônicos com relação aos dos servos índios e os escravos negros, dado que seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes. De modo que não havia nenhum terreno de interesses comuns entre brancos e não brancos, e, conseqüentemente, nenhum interesse nacional comum a todos eles. Por isso, do ponto de vista dos dominadores, seus interesses sociais estiveram muito mais próximos dos interesses de seus pares europeus, e por isso estiveram sempre inclinados a seguir os interesses da burguesia europeia. (QUIJANO, 2005, p. 134)

Em outras palavras, os interesses das elites brancas se sobrepuseram a todos os demais, em âmbito internacional, interferindo nas dinâmicas de dominação sobre corpos dissidentes - em nossa análise, sobre corpos trans. Não é de se surpreender que, embora ser trans não seja propriamente um crime no Brasil, é este o país que mais assassina corpos trans. E não é de se surpreender que as taxas de violência são brutais em outros países, ainda que não haja criminalização da transexualidade. Mas há algo que ultrapassa as fronteiras nacionais e se materializa em práticas cotidianas: a patologização. O Código Internacional de Doenças (CID), atualmente em sua décima primeira versão, compreende a transexualidade ainda como uma incongruência. O CID é assinado pela Organização Mundial da Saúde, que conta com 194 Estados Membros. Ou seja, sob a jurisdição de 194 Estados, a transexualidade ainda é tida como uma incongruência e,

implicitamente, a cisgeneridade é tida como a congruência, embora não seja conceitualmente assumida.

Por um viés marxista, podemos apontar que o capitalismo não se restringe às fronteiras estatais, mas se expande ao plano internacional. Seria esta uma instância de dominação mundial. Contudo, caso somente considerássemos essa abordagem, estaríamos reproduzindo o olhar eurocêntrico que ignora o atravessamento central do racismo/sexismo na constituição da modernidade. A decolonialidade avança em relação ao marxismo, no sentido de não se limitar a uma crítica ao capitalismo, compreendendo, assim, o eurocentrismo, o patriarcalismo, o racismo como pilares da modernidade/colonialidade; escrito de outro modo, o capitalismo seria, em nossa interpretação, inerentemente colonialista.

151

Chamar “capitalista” ao actual sistema-mundo é, no mínimo, equívoco. Tendo em conta o eurocêntrico “senso comum” hegemônico, a partir do momento em que usamos a palavra “capitalismo” as pessoas pensam de imediato que estamos a falar de “economia”. No entanto, o “capitalismo” é apenas uma das múltiplas e enredadas constelações da matriz de poder colonial do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu”. É importante, mas não a única. (GROSFUGUEL, 2008, p. 54)

Ao tomarmos a colonialidade do poder em amplitude internacional, tendo como evidência a patologização institucionalizada da transexualidade, compreendemos como a colonialidade do saber se espalha por instâncias múltiplas que não se limitam a uma dominação econômica - como preconizado pelo marxismo. Não basta somente identificar as relações de dominação, mas analisá-las a partir da perspectiva do corpo colonizado, ou seja, se posicionar, literalmente, pois os olhares eurocêntricos sobre a história mundial jamais assumiram sua posição, embora a defendessem continuamente sob argumento de imparcialidade. Grosfoguel defende, portanto, a descolonização da noção de sistema-mundo:

Dizer que a unidade de análise é o sistema-mundo, e não o Estado-nação, não equivale a uma visão neutra do mundo através do olhar divino. Acredito que a análise do sistema-mundo precisa de descolonizar a sua epistemologia, levando a sério o lado subalterno da diferença colonial: o lado da periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos anti-sistémicos que participam no processo de

produção de conhecimento. Isto significa que, embora o sistema-mundo tome o mundo como unidade de análise, ele pensa a partir de uma determinada perspectiva no mundo. (GROSFUGUEL, 2008, p. 70-71)

E podemos tranquilamente adicionar, a esta listagem, os corpos trans e gênero-dissidentes, tendo em vista que jamais, em momento algum da história moderna, um corpo trans ocupou posição de sujeito de pesquisa tendo seus conhecimentos validados academicamente e legitimados em universidades ocidentalizadas. Caso corpos trans tivessem sido considerados capazes de se autodeterminar e de produzir conhecimento científico, a transexualidade não teria sido patologizada e transformada em categoria diagnóstica por médicos e psiquiatras cisgêneros, majoritariamente homens, brancos, heterossexuais, cristãos e proprietários.

Para dar conta da amplitude desta dominação, Grosfoguel (2008, p. 41) propõe a ideia de um “sistema-mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal”, e adicionamos “cisheteronormativo” a esta listagem. A patologização de corpos colonizados é internacionalizada, e não se limita ao campo biomédico, pois legítima e é legitimada por violências policiais, penalizações, marginalizações e expulsões - ou evasões forçadas - destes corpos dos espaços institucionalizados de produção de conhecimento. É assim que compreendemos o sentido da Colonialidade Global, isto é, uma colonialidade que instaura todas as demais, para além da colonialidade do poder - pois não trata somente de uma nova distribuição de poder da modernidade/colonialidade, mas de sua junção com as colonialidade do ser, do saber e, em nossa análise, da colonialidade cisgênera.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um argumento central: que a colonialidade global se expressa na colonialidade cisgênera, tendo como evidência as dinâmicas de patologização das identidades trans em todo o mundo. O modo como a patologização afeta as vidas trans é visível ao analisarmos os índices de assassinatos, violências médicas e psicológicas sobre a população transexual no Brasil. Por um viés igrejaista e,

ao mesmo tempo, biomédico, a categorização diagnóstica da transexualidade caminha por meios institucionais, recebendo legitimação acadêmica e respaldo científico. Pessoas trans jamais tiveram poder epistêmico de definir academicamente o que é a transexualidade; isso é algo que somente começou a ocorrer em tempos recentes, como reação à patologização e psiquiatrização das corporalidades e narrativas gênero-dissidentes. Eis uma expressão da colonialidade do saber. Ao se impor, a indivíduos trans, um modelo ideal de existência que é cisgênero e heterossexual, esse saber biomédico igrejaista reforça a cisheteronormatividade e o patriarcalismo. Eis uma expressão da colonialidade do ser.

É por essa crítica que direcionamos nossa argumentação. Como vimos, a colonialidade global está presente em relações de dependência econômica entre colonizadores e colonizados, na divisão racial do trabalho, em políticas e práticas de comercialização racial e étnica, na imposição de padrões culturais dominantes, na marginalização de conhecimentos e saberes não ocidentais. Ampliamos, então, para mais um campo: a colonialidade global está presente na patologização de identidades trans, na universalização do corpo que, além de branco, masculino e heterossexual, é cisgênero. Evidenciamos o caráter internacional da patologização ao traçarmos sua repercussão no CID, no DSM, no SOC e, também, no Processo Transexualizador do SUS. Não se pode pensar em patologização sem considerar que, se o “tratamento” da transexualidade é padronizado internacionalmente, então a imposição de um ideal de existência cisheteronormativo também é exportado da Europa para os quatro cantos do mundo. A patologização da transexualidade é sintoma de sua histórica inferiorização.

Concluimos esse artigo, então, com uma reescrita de nossos questionamentos iniciais: as bases teóricas de analistas de política internacional consideram, em suas interpretações, as vidas trans? Suas bases teóricas têm contribuído para tornar essas interpretações menos patologizantes? Menos transfóbicas? Menos cisnormativas? É nítido que não. Que nossa pesquisa possa contribuir, portanto, para que seja lançado um olhar cuidadoso sobre esse fenômeno mundial de internacionalização da patologização, da categorização do corpo “estranho” - que, em realidade, apenas desobedece a norma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2017, 2018. Relatório online, disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

ANTRA (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS); IBTE (INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2018, 2019. Relatório online, disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

_____. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019, 2020. Relatório online, disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

_____. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, 2021. Relatório online, disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

_____. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021, 2022. Relatório online, disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

BAKUNIN, Mikhail. Deus e o Estado. São Paulo. Editora Hedra, 2011

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a política das identidades abjetas. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, 20(2): 256, 2012.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, v. 2, p. 79-106, 2020. pág. 84 e 85.

CAVALCANTI, C.; BICALHO, P. P. G.; BARBOSA, R. B. Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e Necropolítica em Operações Policiais a Travestis no Brasil Pósredemocratização - Psicologia: Ciência e Profissão 2018, v.38 (núm. esp. 2), 175-191.

DE MORAES, W. As origens do necro-racista-Estado no Brasil - crítica desde uma perspectiva decolonial e libertária. Rio de Janeiro: Revista Estudos Libertários, v. 2, n. 6, 2020a.

DE MORAES, W. Crítica à Estatolatria: Contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. São Paulo: Revista Teoliterária, v. 10, n. 21, 2020b.

DE MORAES, Wallace dos Santos. Historicídio e as Necrofilias Colonialistas Outrocída - uma crítica decolonial libertária. 2020c. Disponível em: > <https://otal.ifcs.ufrj.br/uma-critica-decolonial-libertaria-historicidio-e-as-necrofilias-colonialistas-outrocidas-ncos/>. Acesso em: 08/08/2022.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Civilização Brasileira. 1968. pág. 12.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: Curso do Collège de France (1975-1976). Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI, Revista Sociedade e Estado Volume 31, Número 1, janeiro/abril de 2016.]

GROSFUGUEL; Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Epistemologias do Sul. Tradução de Inês Martins Ferreira. pág. 115-147 <https://doi.org/10.4000/rccs.697>. 2008.

JESUS, J. G. Medicina: uma ciência Maligna? Debate psicopolítico sobre estereótipos e fatos. Revista Periódicus. v. 1, n. 5, 2016. Salvador. e-ISSN: 2358-0844

MAGALHÃES, Juan Filipe Loureiro. O Estado do Mal Estar Social: uma análise da política neoliberal e seus sustentáculos militaristas e igrejistas. Revista Estudos Libertários, v. 4, n. 11, p. 79-94.

Mignolo, Walter (1995), The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality and Colonization. Ann Arbor: The University of Michigan Press. DOI : 10.3998/mpub.8739

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. Revista de Estudos em Educação e Diversidade, v. 3, p. 1, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados. Av. São Paulo, v.19, n.55, 2005b, pp. 9-31.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio (Ed.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. pág. 9.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 17 out. 2020. pág. 134.

Quijano, Aníbal (1993), “Raza’, ‘Etnia’ y ‘Nación’ en Mariátegui: Cuestiones Abiertas”, in Roland Morgues (org.), José Carlos Mariátegui y Europa: El Otro Aspecto del Descubrimiento. Lima, Perú: Empresa Editora Amauta S.A., 167-187. DOI : 10.22201/cela.24484946e.1995.3.49720

TORRES-MALDONADO, Nelson; Sobre la Colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, In: Antología del pensamiento crítico puertorriqueño contemporáneo (pp.565-610), Noviembre de 2018, DOI: 10.2307/j.ctvnp0jr5.23

RABAKA, Reiland. Against epistemic apartheid: W. E. B Du Bois and the disciplinary decadence of sociology. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar. UFMG, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. Ing. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria Social Hoje. São Paulo:Ed. UNESP, 1999.

Wallerstein, Immanuel (1983), Historical Capitalism. New York: Monthly Review Press.